



**DESAFIOS À QUALIFICAÇÃO DE DIRIGENTES DE COOPERATIVAS
DA AGRICULTURA FAMILIAR**

Desenvolvimento Rural

J.G.D.B. LEITE¹; J.L. BERTO²; P.I. CHRISTOFFOLI³

Resumo:

A implementação do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e da nova política de Ater, entre 2009 e 2010, criou condições ao avanço do mercado institucional e dos serviços de assistência técnica e extensão rural em todo o país. No entanto, dificuldades de gestão e de organização produtiva mostraram ser limitações importantes entre as organizações da agricultura familiar. O objetivo deste trabalho é apresentar características do perfil das cooperativas que se apresentam como desafios para projetos de qualificação de dirigentes de cooperativas da agricultura familiar, como o executado pela UFFS entre 2016 e 2018. Os dados sobre o perfil das cooperativas e dirigentes foram coletados durante o primeiro semestre de 2018 através de questionário online. Identificou-se que a maioria dos dirigentes têm ensino médio completo e que 90% das cooperativas/associações têm até 200 associados. Os principais desafios incluem a construção do aprendizado em consonância com as expectativas e limitações dos participantes e a capacitação para o acesso às políticas públicas de forma efetiva.

Palavra-chave: desenvolvimento rural; cooperativismo; gestão.

Introdução e objetivo

A publicação da nova lei de Ater (Lei 12.188), em 11 de janeiro de 2010, marcou um dos principais avanços à assistência técnica e extensão rural em todo país (Batista, 2015). Este marco legal instituiu dois elementos fundamentais a Política de Ater. O primeiro, e mais importante, consiste no reconhecimento da agricultura familiar como

- 1 João Guilherme Dal Belo Leite (servidor docente).
- 2 James Luiz Berto (servidor docente).
- 3 Pedro Ivan Chistoffoli (servidor docente).



objeto central dos esforços de Ater. O segundo elemento, regulariza a utilização de Chamadas Públicas como instrumentos legais à contratação e fornecimento de serviços de Ater, o que reduz burocracia e amplia a efetividade das atividades realizadas com os agricultores.

A nova política de Ater permitiu o desenvolvimento de estratégias alinhadas com a promoção da agricultura familiar, principalmente no âmbito do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), previsto entre as diretrizes da Lei 11.947 de 16 de junho de 2009. O Art. 14 prevê que, pelo menos, 30% dos recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) destinados ao PNAE devem ser destinados aquisição de gêneros alimentícios produzidos pela agricultura familiar e/ou suas organizações (e.g. cooperativas e associações). Embora o PNAE tenha representado um grande avanço ao mercado institucional (i.e. compras governamentais), com participação ativa da agricultura familiar, muitas cooperativas e associações demonstraram não estar preparadas para atender a demanda criada pelo programa. Conseqüentemente, em muitas regiões do país, a meta de aquisições de produtos da agricultura familiar prevista pelo PNAE não foi alcançada.

Entre as organizações da agricultura familiar, dificuldades de gestão e de organização produtiva mostraram ser as principais limitações ao avanço do mercado institucional. Neste contexto, em 2012, o extinto Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) atual Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário (Sead) lançou o programa de Ater Mais Gestão, que foi seguido, em 2016, pelo projeto de extensão “Qualificação de conselheiros de administração e fiscal de cooperativas da agricultura familiar”. Este último foi executado pela UFFS e tinha como meta principal a qualificação da gestão de cooperativas e associações da agricultura familiar em todo Brasil. A formação (i.e. curso) concentrou esforços em expandir o conhecimento sobre gestão, estratégias de comercialização, intercooperação e acesso a políticas públicas num período de 24 horas ou três dias de atividade.

No âmbito do projeto de extensão executado pela UFFS, o objetivo deste trabalho é apresentar algumas das principais características do perfil das cooperativas inscritas e os desafios para execução das atividades.

Metodologia



Para coleta dos dados, utilizou-se um questionário com nove questões sobre o perfil das cooperativas/associações e seus dirigentes (diagnóstico). As questões propostas incluíam elementos como localização (estado), escolaridade, número de cooperados, receita anual e planejamento estratégico. O questionário diagnóstico foi encaminhado às cooperativas/associações da agricultura familiar junto com o formulário para inscrição.

O primeiro semestre de 2018 concentrou os maiores esforços para mobilização de cooperativas/associações da agricultura familiar em todo país. Este processo contou com colaboração das delegacias estaduais do MDA e outras organizações da agricultura familiar, como a União Nacional das Cooperativas da Agricultura Familiar e Economia Solidária (UNICAFES) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Desenvolvimento e processos avaliativos

Entre janeiro e junho de 2018, o processo de mobilização resultou na inscrição de 969 cooperativas/associações da agricultura familiar. Os estados da Bahia e São Paulo concentraram o maior número de inscrições, totalizando 78% do total. A contribuição das delegacias estaduais do MDA durante as etapas de mobilização e execução foram essenciais para tal resultado.

Quanto a escolaridade, 60% dos dirigentes de cooperativas/associações têm até o ensino médio completo, 31% tem graduação e 9% pós-graduação (Figura 1). A baixa escolaridade apresentada pela maioria dos dirigentes de cooperativas é um fator que contribui para as dificuldades na gestão e acesso a políticas públicas em todo país.

Outra característica comum entre as cooperativas/associações envolvidas no projeto é o seu tamanho. 45% das organizações inscritas são formadas por cooperativas e associações com até 50 membros e 90% é composta por até 200 membros (Figura 2). Segundo a Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina (OCESC, 2016), em 2015 a média nacional de cooperados por cooperativa foi aproximadamente dois mil membros, com tendência para crescimento. Tal disparidade afeta a capacidade de competir das organizações da agricultura familiar, o que as torna ainda mais dependentes de sua habilidade de se apropriar das oportunidades oferecidas pelo mercado institucional e outros programas de desenvolvimento rural. Se por um lado essa característica aumenta a necessidade de capacitação dos gestores, por outro dificulta a participação devido ao número reduzido de pessoas que se encarregam do dia a dia das organizações.

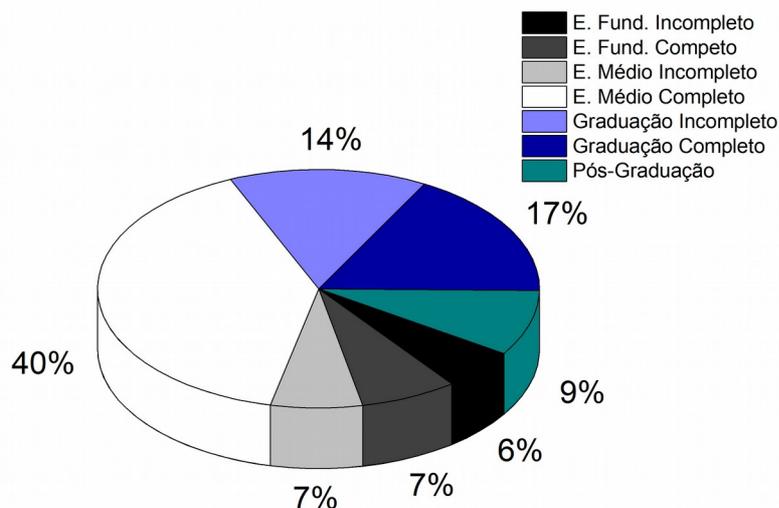


Figura 1. Escolaridade dos dirigentes de cooperativas/associações inscritos.

Em relação à execução de políticas públicas voltadas à alimentação escolar, geradoras de mercados institucionais para agricultores familiares, constatou-se que em 40% dos municípios da região Nordeste, as aquisições de produtos da agricultura familiar ficam abaixo de 20% dos recursos transferidos pelo FNDE (FNDE, 2016). Mesmo na região Sul do país, os números dessa política são preocupantes. Baccharin et al (2017) identificaram que, nos estados de SC, PR e SP, apenas os municípios de Santa Catarina superaram os 30%, em média, de aquisição de produtos da agricultura familiar, sendo que 60% de seus municípios superaram 35% de percentual de aquisição. Paraná, com 19,9% e São Paulo, com 13,8% ficaram bem abaixo da meta mínima.

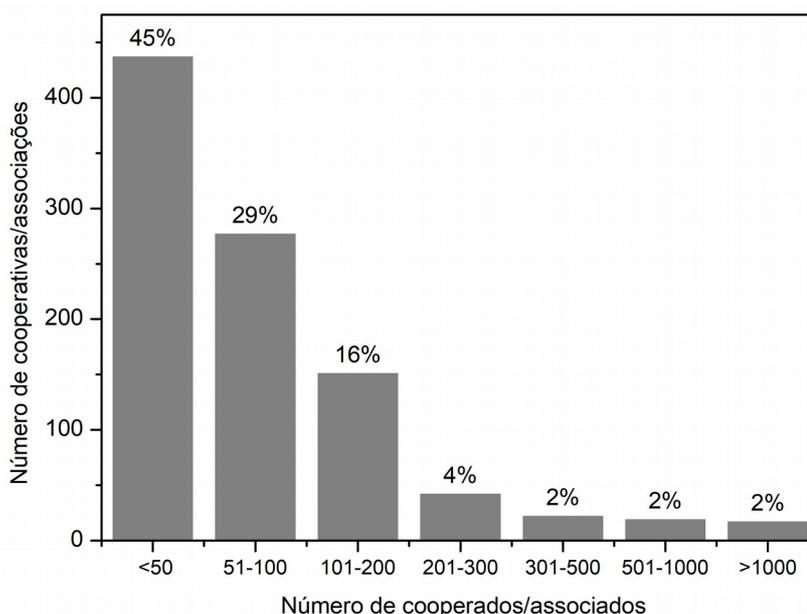


Figura 2. Frequência de cooperativas por número de cooperados.



Os resultados não são de responsabilidade exclusiva, nem principal, das cooperativas da agricultura familiar. Entretanto, diversas análises mostram que parte dos problemas ainda reside nas condições de infraestrutura e gestão das mesmas.

Considerações Finais

Através do processo de mobilização realizado em 2018, o projeto de qualificação para gestores de cooperativas/associações da agricultura familiar inscreveu 969 organizações. Na etapa de diagnóstico, identificou-se que a maioria dos dirigentes têm ensino médio completo e que 90% das cooperativas/associações têm até 200 associados. Ao meso tempo em que tais características tornam o processo de qualificação dos gestores extremamente necessário para a promoção da competitividade das organizações, também são um desafio à execução do projeto, pois requer a construção do processo de aprendizagem em consonância com as expectativas (necessidades) e limitações dos participantes.

Referências:

Baccarin, J. G., Triches, R. M., Teo, C. R. e Silva, D. Indicadores de Avaliação das Compras da Agricultura Familiar para Alimentação Escolar no Paraná, Santa Catarina e São Paulo. In: Rev. Econ. Sociol. Rural vol.55 no.1 Brasília Jan./Mar. 2017

Batista, M. (2015). Assistência técnica e extensão rural (entrevista). Disponível em: <http://www.mda.gov.br/sitemda/noticias/assistencia-tecnica-e-extensao-rural> Acesso em 28 agosto 2018.

FNDE. (2016). Dados da agricultura familiar. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/programas/pnae/pnae-consultas/pnae-dados-da-agricultura-familiar> Acesso em 30 agosto 2018.

OCESC. (2016). Prestação de contas e relatório de atividades. Florianópolis. 46 p.